



OF. 152/22 – GABB

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2022.

Senhor Conselheiro Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste **solicitar agilidade no julgamento do processo nº 1114683, que tramita neste Tribunal de Contas desde março do corrente ano.**

Trata-se de uma denúncia formulada pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS – contra a Portaria nº 23/2022 do DETRAN/MG. Referida Portaria, publicada no dia 14 de janeiro de 2022, regulamentou o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínicas médica e psicológica junto ao DETRAN/MG.

Inicialmente, a denúncia foi distribuída para a Segunda Câmara do TCE, sob a relatoria do conselheiro Licurgo Mourão. Após as informações prestadas em tempo e modo pelo Detran/MG, o processo foi remetido à 1ª Coordenadoria de Fiscalização do Estado, órgão interno do TCE vinculado à Diretoria de Controle Externo, que emitiu relatório técnico opinando pela ***“não concessão da medida cautelar pleiteada, ante a ausência dos requisitos autorizadores, tendo em vista que não foram verificadas as irregularidades apontadas pela denunciada”***, pela extinção do processo sem resolução do mérito por ***“ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, em razão da incompetência absoluta desta Corte de Contas para apreciação em abstrato da constitucionalidade de leis ou atos do Poder Público”*** ou pelo ***“arquivamento da denúncia por não ter sido apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial”***.

Porém, em vez de dar continuidade ao julgamento do processo, o relator procedeu à sua redistribuição para a 1ª Câmara, sob a relatoria do conselheiro Durval Ângelo, que, de forma muito ágil, proferiu decisão monocrática contrária ao parecer

GABINETE DEPUTADO BARTÔ

Rua Rodrigues Caldas, 30 - 2º andar – Conj. 225 – CEP 30190-921 – Belo Horizonte-MG
Tel: (31) 2108-5805 - E-mail: dep.barto@almg.gov.br



técnico deste Tribunal, determinando a suspensão da Portaria 23/2022 do Detran/MG.

Desde então, o processo não tem andado com a mesma agilidade, e essa demora tem acarretado prejuízos às inúmeras clínicas que cumpriram as exigências e adequações da Portaria 23/2022 do DETRAN, locaram imóveis, realizaram obras, compraram equipamentos, providenciaram documentação junto aos órgãos competentes e arcam com despesas diárias, que se renovam dia a dia em razão dos custos fixos.

A demora no julgamento também pode acarretar prejuízos ao próprio Estado, que investiu na melhoria e no aperfeiçoamento do sistema de credenciamento a fim de promover sua transparência e agilidade.

Sendo assim, diante da gravidade e da urgência que o caso requer, solicito **agilidade no julgamento do processo nº 1114683, para evitar danos maiores às clínicas e a toda população mineira que carece de quantidade maior de clínicas para os atendimentos necessários dos serviços prestados pelo DETRAN.**

Certo de sua atenção, agradeço.

BARTÔ

Deputado Estadual

Ao Senhor

Mauri José Torres Duarte

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais

Av. Raja Gabablia, 1.315, Luxemburgo

Belo Horizonte/MG Cep: 30.380-435

e-mail: presidencia@tce.mg.gov.br

GABINETE DEPUTADO BARTÔ

Rua Rodrigues Caldas, 30 - 2º andar – Conj. 225 – CEP 30190-921 – Belo Horizonte-MG

Tel: (31) 2108-5805 - E-mail: dep.barto@almg.gov.br